

## BRASIL: DO ETERNO PAÍS DO FUTURO PARA UM PAÍS DE SUA GENTE

Rosa Maria Marques<sup>1</sup>  
Marcelo Álvares de Lima Depieri<sup>2</sup>

**RESUMO:** Este texto tem como objetivo registrar os principais desafios que se colocariam para um governo preocupado em reconstruir o Estado na sua capacidade de desenvolver políticas econômicas e sociais dirigidas à maioria da população. Para isso, iniciamos por registrar os elementos estruturais da sociedade brasileira, que fazem o país ser dependente e extremamente desigual. A seguir, analisamos o período recente, quando se acentuou o processo de desindustrialização, foi priorizada a austeridade fiscal acima de qualquer outro objetivo, e quando pioraram diversos indicadores sociais. Ao final, discutimos aspectos ou temas que precisariam urgentemente ser enfrentados para que o quadro econômico e social atual fosse revertido, complementando essa preocupação com a necessidade de serem introduzidas novas formas de participação popular tanto na definição de políticas de governo como na de políticas de Estado.

**Palavras-chaves:** Economia brasileira; Democratização do Estado; Participação popular.

## BRAZIL: FROM THE ETERNAL COUNTRY OF THE FUTURE TO A COUNTRY OF ITS PEOPLE

**ABSTRACT:** This text aims to record the main challenges that would be faced by a government concerned with rebuilding the State in its capacity to develop economic and social policies aimed at most of the population. For this, we started by registering the structural elements of Brazilian society, which make the country dependent and extremely unequal. Next, we analyze the recent period, when the deindustrialization process was accentuated, fiscal austerity was prioritized above any other objective, and when several social indicators worsened. At the end, we discussed aspects or themes that would urgently need to be addressed so that the current economic and social situation could be reversed, complementing this concern with the need to introduce new forms of popular participation both in the definition of government policies and in State policies.

**Keywords:** Brazilian economy; Democratization of the State; Popular participation.

Data da submissão: 24-10-2022

Data do aceite: 25-10-2022

### INTRODUÇÃO

O Brasil constitui um país da periferia do sistema capitalista. Ele se insere na divisão social do trabalho de maneira dependente aos interesses do grande capital. Essa é uma marca indelével de nossa sociedade, resultado de sua formação econômica e social e das escolhas que foram feitas ao longo de sua história. Como consequência, se constitui um dos países mais desiguais do mundo, acumulando problemas de ordem social e humanitária que se destacam negativamente na comparação entre as nações.

Para refletir sobre essa realidade, iniciamos este artigo nos debruçando sobre alguns dos condicionantes estruturais que engendram nossa realidade econômica e social. A seguir, na segunda parte, analisamos o período mais recente, já sob a égide do neoliberalismo, quando foi promovida a privatização de empresas estatais e o enfraquecimento dos serviços e ações do Estado em vários planos, período no qual foram adotadas políticas de extrema austeridade e medidas de desconstrução do social. Na terceira parte, analisamos quais seriam os desafios que se colocariam para um governo comprometido com a maioria de sua população e propomos o início da construção de novas formas de participação popular na definição de políticas de governo e de Estado.

<sup>1</sup> Economista, professora titular da PUCSP e ex-presidente da Sociedade Brasileira de Economia Política. E-mail: rosamkmarques@gmail.com

<sup>2</sup> Economista, professor titular da UNIP/SP e pesquisador do Instituto Tricontinental de Pesquisa Social. E-mail: cellodepieri@gmail.com

## 2. O PESO DO PASSADO

O Brasil é um dos países mais desiguais do mundo, embora seu produto interno bruto (PIB) tenha ficado entre os treze maiores em 2021. Há que lembrar, no entanto, que ocupava o sexto lugar em 2011. Além da desigualdade, 33 milhões estão passando fome, 125,2 milhões estão em situação de insegurança alimentar, 39 milhões estão na informalidade e cerca de 10 milhões de brasileiros encontram-se desempregados. Se isso não fosse suficiente para dar o quadro da situação em que vivem os brasileiros, é preciso agregar que sua parcela negra, que constitui a maioria do país, recebe as piores remunerações e, quando trabalha, está empregada nos postos mais precários. E sua juventude, especialmente homens, está mais sujeita a morrer por bala perdida ou por uma ação “exemplar” das forças de ordem. Esse retrato brutal da realidade brasileira não é algo novo, embora a situação tenha piorado nos últimos anos, estando diretamente vinculada aos últimos governos, que se seguiram ao golpe empreendido à presidenta Dilma Rousseff.

A desigualdade social no Brasil se manifesta de diferentes formas: na estrutura fundiária concentrada; nas fragilidades e desigualdades do mercado de trabalho; na concentração de renda.

A estrutura fundiária, apesar dos avanços institucionais ocorridos ao longo do século XX, é extremamente concentrada. Em 2017, o país registrava 51.203 imóveis rurais com tamanho de mil hectares ou mais. Esse número, embora representasse apenas pouco mais de 1% do total de imóveis rurais no país, significava 47,6% da área total, quase a metade da área nacional (ASSUNÇÃO e DEPIERI, 2022).

O mercado de trabalho, além de expressar as desigualdades de renda, manifesta desigualdades mais complexas, como aquelas que envolvem a raça ou a cor dos brasileiros. No período entre 2017 e 2019, a taxa de informalização foi, em média, de 41,26%. No mesmo período, 45,73% dos ocupados ganhavam até 1 salário mínimo. Sendo que, desses, 30,55% eram pessoas negras, apenas 14,77% eram pessoas brancas e o restante de outras etnias (DEPIERI et. al., 2022).

A má distribuição de renda é outra importante manifestação da desigualdade existente no país. Segundo Chancel et.al. (2022), em 2021, os 10% mais ricos concentravam 59% do total da renda nacional, enquanto a metade da população mais pobre capturava, apenas, por volta de 10% do total da renda. Esses autores lembram que, nos anos 2000, a desigualdade de renda diminuiu, período em que muitos saíram da pobreza e da extrema pobreza, resultado de uma série de políticas sociais dos governos petistas, entre elas o Programa Bolsa Família (PBF) e a Política de Valorização do Salário Mínimo (PVSM). Mas esses mesmos autores alertam que as estruturas sociais que obstaculizam a construção de um país consistentemente mais igualitário se mantiveram. Se não há governos compromissados com políticas sociais de combate às desigualdades, as estruturas sociais enraizadas se sobrepõem e os números voltam a piorar. Exemplo disso é o número de pessoas que passam fome no país, o que já mencionamos anteriormente.

Essas estruturas sociais foram constituídas com o tempo, nos marcos do desenvolvimento particular da economia brasileira. A desigualdade social brasileira é explicada, entre outros fatores, pelo seu passado. Sabemos que as políticas econômicas conjunturais possuem sua influência, mas aqui o objetivo é destacar que as estruturas do passado continuam a influenciar os problemas sociais que se manifestam no presente.

Desde sua origem, quando o Brasil era uma colônia, sua economia, ditada pela dinâmica da metrópole portuguesa, baseou-se em: mão de obra escrava, que deu base para a superexploração da força de trabalho; atividade monocultora, voltada para o mercado externo; e grande propriedade rural. Essas três estruturas, de alguma forma ou de outra, mesmo passando por transformações ou sendo abolidas, como foi o caso da mão de obra escrava, nos alcançam ainda hoje.

Na época colonial, a grande propriedade serviu à atividade monocultora exportadora. Ao longo do século XIX, quando se configura a dependência econômica e quando são estabelecidas as bases sólidas de uma clara divisão internacional do trabalho, a grande propriedade auxiliou na oferta de gêneros alimentícios para a constituição da classe trabalhadora europeia e para prover de matérias-primas, a preços baixos, o desenvolvimento industrial dos países centrais. Além disso, serviu também para o deslocamento do centro da acumulação capitalista da mais-valia absoluta para a mais-valia relativa, uma vez que a oferta, principalmente dos gêneros alimentícios, funcionou para o rebaixamento do valor da força de trabalho da classe trabalhadora europeia (MARINI, 2005).

A partir da década de 1930, o centro dinâmico da economia deixa de ser o mercado externo e passa a ser o mercado interno (FURTADO, 1984). Mesmo assim, como sabemos, a exportação de commodities agrícolas

sempre se manteve importante, especialmente nos últimos anos, a ponto de o Brasil ser, desde 2020, o maior exportador de soja do mundo. É interessante destacar que a estrutura fundiária do país se manteve concentrada mesmo quando se aprofundou o processo de industrialização. A industrialização brasileira, ou a Revolução Burguesa no Brasil, foi realizada pelo alto, como pontua Florestan Fernandes (1975). Diferentemente da dos países desenvolvidos, aqui foi um processo acompanhado de uma profunda concentração de renda.

A forma dependente do desenvolvimento do capitalismo no Brasil constituiu classes dominantes nacionais frágeis que, ao mesmo tempo e não contraditoriamente, se apoiavam numa sociedade desigual, com péssima distribuição de renda, que a manutenção da estrutura agrária assegurava e reforçava. Vale lembrar que um dos objetivos do Golpe de 1964, com apoio e participação da oligarquia rural brasileira, foi o impedimento da realização de uma reforma agrária. A ação política das classes dominantes assumiu, naquele momento, o caráter de uma contrarrevolução preventiva, em que é quebrado o pacto democrático para se evitar a reforma agrária ou qualquer outra mudança que visasse um projeto de nação democrático popular antes mesmo de ele se consolidar.

Para José Paulo Netto (2014, p. 77), o Golpe de 1964

[...] significou a derrota de uma alternativa de desenvolvimento econômico-social e político que era virtualmente a reversão das linhas de força que historicamente marcaram a formação brasileira. Os estrategistas (brasileiros ou não) do golpe impediram o desenvolvimento de uma transformação política e econômica que poderia – sem ferir de imediato os fundamentos da propriedade privada e do mercado capitalista – romper com os traços mais deletérios e negativos da nossa história e da nossa sociedade.

No tocante à questão do racismo, é importante lembrarmos que a escravidão foi abolida somente em 1888, de modo que o Brasil foi o último país do continente americano a libertar seus escravos. A escravidão em terras brasileiras durou por volta de três séculos e meio. Para se ter maior dimensão de seu peso na história local, é só pensar que, em mais de 522 anos de existência, o país viveu sem o trabalho escravo legalizado somente em 134 deles. Logo após a abolição, os negros foram jogados à própria sorte. Não houve medidas por parte do Império nem da República para a inserção dos negros no mercado de trabalho. Muitas mulheres negras foram forçadas ou se submeteram a atividades “na esfera privada da reprodução social, no serviço doméstico ou na satisfação do apetite sexual dos patrões ou, ainda, na prostituição” (SOARES, 2020, p. 672).

Segundo essa autora, ao se referir à situação brasileira, “os capitais locais de médio e pequeno porte, se não utilizarem nenhum mecanismo compensatório, sucumbem ao processo de centralização dos capitais monopólicos, quando não alcançam o mesmo nível de produtividade” (SOARES, 2020, p. 678). É a partir disso que a superexploração da força de trabalho constitui uma “necessidade” para esse capital; uma exploração acima dos níveis médios globais de exploração, seja de intensidade, de tempo de jornada de trabalho ou de remuneração da força de trabalho aquém do necessário. Dessa forma, a superexploração se aproveitou da base social escravocrata, que tinha como característica de sua estrutura econômica a forma degradante do trabalho.

Essas estruturas aqui apresentadas moldaram e influenciaram até os dias atuais as diversas manifestações de desigualdade no Brasil. Em todo o processo de desenvolvimento brasileiro essas bases estruturais mais se solidificaram do que regrediram. O capitalismo dependente do Brasil se utilizou dessas estruturas como base para atingir seus desígnios e não está sendo diferente na contemporaneidade.

### 3. A DESTRUIÇÃO RECENTE

O Brasil sempre foi um país dependente e periférico na divisão internacional do trabalho. Sua indústria, antes incipiente e fruto de circunstâncias internas, somente irá se fortalecer quando se inicia a internacionalização das grandes empresas multinacionais, todas elas com sedes em países imperialistas. No Brasil, a industrialização daí decorrente ficou conhecida como o resultado combinado da ação do Estado, de capitais estrangeiros e de capitais nacionais. De fato, de capitais nacionais havia pouco. Na literatura especializada, corresponde a esse momento, ocorrido especialmente na década de 1950, o processo de substituição de importação. É preciso lembrar, no entanto, que antes desse período, embora o processo de industrialização possa ser considerado mais incipiente, caracterizando-se pela produção de bens de consumo antes importados, o Estado criou, durante o primeiro governo de Getúlio Vargas (1930-1945),

empresas estatais fundamentais para prover a indústria nascente dos insumos necessários, como Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), em 1941 e a Vale do Rio Doce em 1942.

Dessa forma, essa dinâmica subsumida ao movimento do grande capital internacional dos anos 1950 foi precedida de grandes iniciativas por parte do Estado brasileiro no sentido de prover o acesso a insumos-chave na produção industrial. No segundo governo Vargas, já no início da década de 1950, é que foi criada a Petróleo Brasileiro S.A (Petrobras), em 1953, e enviado o projeto da criação da Eletrobras, em 1954. Durante o período da ditadura militar, claramente identificado na literatura como desenvolvimentista, obras gigantescas garantiram a produção de energia elétrica e o transporte das mercadorias mediante a pavimentação de estradas que ligaram o Brasil de Norte a Sul.

Nos anos 1980, quando ficou evidente ao mundo que o regime de acumulação fordista (que havia caracterizado os trinta anos dourados do pós-guerra) estava encerrado, e quando se intensificou a luta do capital portador de juros (capital financeiro) para impor seus interesses e, assim, se colocar no centro das relações econômicas e sociais, chegaram ao fim não só a capacidade do Estado brasileiro em atuar tal como antes, como também o regime político que lhe havia dado sustentação desde 1964. Eram tempos de crise econômica e política. Esse momento culminou com a democratização do país e com a aprovação da Constituição de 1988, embora o então presidente da República não tivesse ainda sido eleito pelo voto popular e sim por um Colégio Eleitoral instituído pelos militares.

Em 1990, quando o primeiro presidente eleito pelos brasileiros finalmente assume, a batalha de ideias que estava sendo travada anteriormente no plano mundial é ganha pelo capital financeiro. Esse, para poder se impor como dominante, tinha que “falar” em nome de todos os capitais, isto é, também daquele comprometido com a produção de mercadorias e com o comércio. É por isso que a liberdade por ele almejada, que lhe havia sido contida durante os trinta anos dourados, só poderia ser garantida pelo neoliberalismo, que repudia o Estado interventor e considera o mercado o lugar da otimização, seja ela de recursos, de satisfação dos consumidores, de eficiência, entre outros indicadores. Nunca é demais lembrar que o Consenso de Washington, reconhecido como aquele que inaugura definitivamente o neoliberalismo, constitui de “regras básicas” definidas por economistas de instituições financeiras em reunião ocorrida ao final de 1989. Dessa maneira, o neoliberalismo constitui, antes de tudo, expressão ideológica dos interesses do capital portador de juros.

Foi durante o curto mandato presidencial de Fernando Collor de Mello que, seguindo o receituário neoliberal, as primeiras iniciativas foram implementadas no país. É no seu governo que se iniciam as privatizações, que são introduzidas no aparelho do Estado mecanismos ditos essenciais para promover a eficiência do serviço público, que é permitido que o capital estrangeiro atuasse no mercado de ações nacional, entre outras medidas. Mas será sob o governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) que, de fato, irá se acelerar profundamente a privatização e a introdução de mecanismos com vista a controlar o gasto público.

Marques e Nakatani (2012, p. 280) analisam o processo inicial da privatização brasileira e o dividem em dois períodos: 1990/1994; 1995/2002. No primeiro, que compreende os governos Collor e Itamar Franco<sup>3</sup>, foram privatizadas 33 empresas, com destaque para o setor siderúrgico (64%) e petroquímico (22%), resultando em US\$ 11.874 milhões (produto da receita da venda e da dívida transferida). No segundo, passaram para o setor privado 35 empresas, entre as quais a Companhia Vale do Rio Doce, resultando em US\$ 93.424 milhões. É nesse segundo período que, além dos setores anteriores, foram incluídos o elétrico, o financeiro e as concessões das áreas de transporte, rodovias, saneamentos, portos e telecomunicações. Nessa segunda fase, as empresas afetadas eram de infraestrutura/serviços (80% - elétrico, telecomunicações, transporte, portuário, financeiro, gás e saneamento e informática), indústria (14% - petroquímica, petróleo e mineração), entre outras (6% - empresas de vários setores de atividade em que o Estado detinha participação minoritária). Em relação ao setor de petróleo, a Petrobras (continua a ser estatal, embora, em 2000, tenha sido vendida uma quantidade de ações ordinárias no mercado nacional que excedia o mínimo necessário à manutenção do controle acionário pelo Estado e, em 2001, ações preferenciais nominativas no mercado internacional<sup>4</sup>.

---

<sup>3</sup> Vice de Collor que assumiu o governo quando de sua saída.

<sup>4</sup> O processo de privatização da Petrobras teve continuidade nos governos Temer e Bolsonaro, embora a “estratégia” tenha mudado: a privatização passou a ocorrer por dentro, entregando ao setor privado partes de sua cadeia produtiva.

Ainda segundo esses autores, até 1994, a presença do investidor estrangeiro na privatização foi bastante pequena, não superando 5% do total da receita derivada da venda das empresas. No segundo período, no entanto, essa participação subiu para 53%, o que se manifestou em aumento do fluxo do investimento estrangeiro direto (IED) na conta capital e financeira do balanço de pagamentos.

Durante os governos Luiz Inácio Lula da Silva e de Dilma Rousseff, de janeiro de 2003 a 11 de maio de 2016<sup>5</sup>, podemos dizer que ocorreu um interregno, uma certa suspensão do processo de privatização no país. Contudo, de fato, as privatizações não pararam, embora tenham sido marginais frente ao volume privatizado anteriormente. Entre outras, podemos destacar as privatizações de rodovias federais, da Ferrovia Norte, de bancos, hidrelétricas e linhas de transmissão. Ao mesmo tempo, a reversão de privatizações, que era bandeira de luta dos trabalhadores organizados, especialmente da Vale, antes Vale do Rio Doce, não foi sequer colocada em discussão.

Já no último governo, de Jair Bolsonaro, de ultradireita, o processo de privatização retornou com força, objetivando vender aquilo que ainda não havia sido colocado à disposição do setor privado. Em 21 de agosto de 2019, esse governo anunciou o programa de privatização que começaria com as seguintes nove empresas estatais: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, Companhia Docas do Estado de São Paulo, Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social, Serviço Federal de Processamento de Dados, Empresa Gestora de Ativos, Centro de Excelência em Tecnologia Eletrônica Avançada, Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo e Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias. Na oportunidade do anúncio, o então presidente da República falou na intenção de privatizar inclusive presídios e parques. Em junho de 2022, das 209 empresas públicas existentes no início de seu governo, restavam apenas 133. Entre as privatizadas, e nesse mesmo mês, destaca-se a Eletrobras, responsável pela geração, transmissão e distribuição junto ao setor elétrico.

Paralelo ao prosseguimento do objetivo de privatizar o patrimônio público, acelerou-se o processo de desindustrialização do país. Esse processo é resultado de múltiplos fatores, inclusive de decisões tomadas fora do país, isto é, nas sedes das empresas multinacionais que aqui tinham ou têm filiais. No caso da indústria automobilística, decisões de fechamento de plantas, redução de pessoal e reestruturação estão, ainda, relacionadas à reestruturação mundial que está ocorrendo no setor. Esse exemplo mostra a concretude daquilo que chamamos atenção no início deste item: a dependência do país aos interesses do grande capital internacional. Mas, como sabido, a ênfase no agronegócio e a inexistência de uma política industrial, inclusive que se preocupe em capacitar a indústria com os atuais avanços tecnológicos, são um dos principais determinantes da desindustrialização.

Quanto ao controle do gasto público, foi nos governos FHC (1995/2002) que as primeiras medidas robustas foram levadas a efeito, processo que somente se completou em dezembro de 2016, quando foi aprovada a Emenda Constitucional (EC) 95, já durante a gestão de Michel Temer<sup>6</sup>. Essas medidas foram a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que condicionava a criação de despesa à comprovação de receita; e a introdução de limites para a realização de algumas despesas, entre as quais se destaca o gasto com pessoal. Essa última medida teve como consequência a privatização de serviços públicos nas três esferas de governo, isto é, a contratação de serviços junto ao setor privado para desempenhar funções de responsabilidade do Estado, tal como as ações e serviços de saúde previstos no Sistema Único de Saúde (SUS). Também no governo FHC, foi realizada a primeira reforma previdenciária depois da Constituição de 1988, com impacto na redução do gasto do Estado na manutenção das aposentadorias dos servidores públicos (redução do valor do benefício a ser pago) e na piora das condições de acesso desses à aposentadoria (introdução do critério de idade). Ao mesmo tempo, promoveu reforma do Estado, com o claro objetivo de reduzir o gasto estatal.

A busca pelo controle do gasto público, realizada a partir de 2017, quando passou a vigorar a aplicação da EC 95, afetou profundamente as políticas públicas e contribuiu para aprofundar a deterioração do Estado. Na esfera social, especialmente no campo da saúde pública, a insuficiência de recursos do SUS,

<sup>5</sup> Data da autorização do início do processo de *impeachment* de Dilma Rousseff pela Câmara de Deputados e do afastamento da então presidente.

<sup>6</sup> Vice de Dilma Rousseff que assumiu o governo quando de seu *impeachment*, motivado por acusação de ter cometido crimes de responsabilidade por pedaladas fiscais (atraso intencional de repasse de verbas para instituições financeiras e autarquias para, com isso, melhorar o resultado das contas públicas). Em setembro de 2022, o Ministério Público Federal arquivou o processo relativo às aventadas pedaladas, inocentando, na prática, tanto a ex-presidente como seu então Ministro da Fazenda.

traço permanente de seu financiamento desde sua criação, transformou-se em desfinanciamento (MARQUES e FERREIRA, 2022), ameaçando a continuidade de diversas ações e serviços que lhe são próprios. São inúmeros os exemplos das dificuldades enfrentadas pelo SUS frente a essa situação. O mais recente, que chamou a atenção da mídia, diz respeito ao desabastecimento de medicamentos.

Na área do ensino superior, bolsas foram cortadas e as remanescentes tiveram seus valores congelados, o mesmo acontecendo com os salários de seus professores (que acompanha a situação da remuneração dos demais servidores federais, há mais de três anos sem receber reajuste nenhum). Em 2021, a redução de recursos destinados para o ensino e para a pesquisa das universidades federais era da ordem de 40%, quando comparado à disponibilidade de 2015. Situação tão grave como essa é vivenciada pelo Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação, comprometendo a realização adequada de diversas atividades, entre as quais as da Amazônia.

Poderíamos, aqui, continuar a registrar um sem-número de programas e atividades que foram comprometidos pela adoção da EC 95. Mas esses são suficientes para que se tenha uma ideia do grau de destruição que o Estado brasileiro sofreu nos últimos anos. A tarefa de sua reconstrução não será fácil. Além de todos os problemas decorrentes das descontinuidades, da deterioração dos serviços por falta de servidores e da redução de recursos financeiros, o país enfrenta uma situação de inexistência de informações para planejar adequadamente as políticas que seriam necessárias. O adiamento da realização do Censo para 2022 (no momento em que escrevemos este artigo, a informação é a de que esse está bastante atrasado em seu cronograma) é um dos principais fatores dessa desinformação que assombra aqueles comprometidos com as políticas públicas.

Privatização do patrimônio público e desmantelamento do Estado são, portanto, a marca dos governos que seguiram os preceitos defendidos pelo neoliberalismo. Outro preceito a ele extremamente caro, o da desregulamentação dos mercados, registrou importante vitória quando promoveu a reforma trabalhista e, assim, logrou fazer do mercado de trabalho brasileiro um mercado de trabalhadores ainda mais sem direitos do que já era anteriormente.

#### **4. UM PAÍS PARA SUA GENTE**

Reconstruir o Estado; fazer frente à desindustrialização e, ao mesmo tempo, inserir o país no século XXI no tocante à tecnologia e à preservação do meio ambiente; atender as demandas sociais urgentes, que foram alvo do desmonte das políticas sociais e da deterioração econômica e social do país promovida nos últimos seis anos; garantir os direitos dos povos originários, das mulheres, dos negros e do movimento LGBTQIAP+. Essas não são tarefas fáceis e constituem apenas alguns exemplos do que um governo comprometido com seu povo terá que enfrentar já nos primeiros meses de gestão.

Esse conjunto de desafios não pode ser tratado de forma pontual ou isoladamente. Cada um deles envolve ser alçado como prioridade que, além de exigir recursos na peça orçamentária da União e eventual desenho de uma política concertada com os demais níveis de governo, pode contrariar interesses de grupos econômicos, políticos e sociais existentes no país. Sem falar que, sem sombra de dúvidas, o regime de política fiscal definido pela Emenda Constitucional 95 não comporta essa postura ativa do Estado, precisando ser revisto integralmente. A enormidade da tarefa a ser realizada não permite, em hipótese alguma, que se cogitem a prolongação do congelamento do gasto federal (nele incluindo o social) e a preservação da política draconiana dos juros da dívida pública.

Dessa forma, outro regime fiscal deve substituir o atualmente em vigor e, para se constituir legítimo, deve ser expressão da maioria do povo brasileiro. É sabido que o orçamento de 2023, além de ser construído com base na EC 95, carrega compromissos definidos no ano anterior, constituindo-se numa camisa de força para o novo governo. Construir pontes ou compromissos que permitam superar essa armadilha ou que possibilitem trilhar uma transição para um novo regime será a tarefa número um a ser desenvolvida. Há também obstáculos para a atuação no campo da política monetária, principalmente no ano de 2023, em que o presidente do Banco Central será o mesmo do atual governo. Tanto na área fiscal como na monetária, o elemento político será fundamental. Para que setores das classes dominantes, especialmente do chamado mercado, não comecem 2023 já em franca oposição a um governo, é preciso que os segmentos comprometidos com um governo voltado para a maioria de sua população estejam mobilizados e se fazendo presentes, tanto na esfera parlamentar, como na esfera democrática que as manifestações de rua propiciam.

Reconstruir o Estado, isto é, provê-lo de recursos financeiros e humanos, recuperar o efetivo uso de seus instrumentos de planejamento e controle, retomar a participação popular na definição de políticas, principalmente na esfera social, mediante a realização das conferências nos três níveis de governo, e retomar seu papel estratégico na construção de um país soberano do ponto de vista econômico e político são os elementos-chave que necessitamos pôr em prática imediatamente. A partir daí, em consonância com os setores organizados da sociedade, seria trabalhar para o aprimoramento da máquina estatal, de forma a torná-la um instrumento efetivo da diminuição da desigualdade estrutural, da defesa do meio ambiente e dos povos indígenas, da defesa da soberania nacional.

Reindustrializar o país também não é tarefa banal. A destruição da indústria foi produto de vários fatores. Primeiramente, chamamos atenção às políticas levadas a cabo nos últimos anos, que inibiram a indústria e tinham como principal foco o desenvolvimento do agronegócio, ao pífio desempenho do PIB, que se seguiu à queda de quase 7% em 2016 e 2017, de modo que, ainda em 2021, estava 2.8% menor que no primeiro trimestre de 2014, valor mais alto da série histórica, e ao fato de a renda domiciliar atual estar menor que a de 2012.

Não menos importante, é preciso considerar que parte do que tem ocorrido deve-se à reestruturação pela qual está passando setores importantes da indústria mundial, com destaque para o setor automotivo, responsável por 18% da produção da indústria brasileira e 3% do PIB nacional em 2021. Esse setor está em franca reestruturação, não só pela adoção da indústria 4.0, mas também pela redefinição de elos importantes de sua cadeia produtiva no plano global, o que motiva decisões de redução de planta ou mesmo de fechamento no território nacional de suas empresas. Sem falar da estratégia de tornar a África o centro mundial da produção mundial de autopeças. Esse é um exemplo que mostra bem um dos aspectos mais perversos de nossa dependência ao movimento do grande capital, pois nossa industrialização foi fundamentada em grande parte com base em filiais de empresas multinacionais. No caso das empresas de autopeças, essas, que antes eram de capital nacional, passaram a ser comandadas por capital estrangeiro a partir dos anos 1990, enfraquecendo sobremaneira seu vínculo com o país (DIEESE, 2017).

A isso tudo, precisaríamos acrescentar a política de retomada da privatização e/ou da destruição da capacidade produtiva das empresas públicas (que ocorreram a partir do golpe impetrado à presidente Dilma Rousseff), bem como o desmantelamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES) enquanto agente financiador de investimentos estratégicos. Durante a pandemia de Covid-19, o encerramento das atividades de empresas ligadas ao setor de saúde e a precarização de autarquias-chave na produção de vacinas mostraram o quanto o não cuidado com a indústria pode afetar a soberania nacional no momento de uma emergência nacional.

Para reverter essa situação, é condição *sine qua non* recuperar o poder do Estado quanto à sua capacidade de financiar a juros diferenciados setores estratégicos da indústria, reprivatizar empresas consideradas chave para a matriz produtiva e dar apoio a pequenas e médias empresas. Mas isso tudo, que não é pouco, não é suficiente para que o país esteja em sintonia com as exigências do século XXI. É preciso que a reindustrialização esteja apoiada nas melhores práticas de respeito ao meio ambiente e que, ao mesmo tempo, esteja dotada das últimas tecnologias, sob pena das empresas renascem já natimortas. E aqui novamente se faz presente a necessidade do Estado, pois sem uma política que preze e incentive a pesquisa e o desenvolvimento tecnológico, sem que haja alguma cláusula definindo que a tecnologia aqui utilizada por empresas estrangeiras será repassada para uso nacional depois de um determinado tempo, não haverá como acompanhar os avanços da ciência e sua aplicação. Subjacente a isso, se faz necessário começar a enfrentar os determinantes da desigualdade brasileira, o que passa por conceder terra a quem nela trabalha, tornar o sistema tributário progressivo (taxando as grandes fortunas e os lucros e dividendos, e desonerando o consumo), entre outros.

Parte do que aqui apontamos como estratégico não se obtém, contudo, no curto prazo ou no horizonte de um governo. É por esse motivo que o novo governo precisa retomar a prática de elaborar planos, que estejam coadunados a objetivos de longo prazo e que esses últimos constituam decisões de estado e não de governo. Embora se possa dizer que o quadro político brasileiro seja caracterizado pela instabilidade, o que dificultaria a aprovação de objetivos de longo prazo, é preciso discutir na sociedade essa questão. Com exceção daqueles que sempre souberam aonde queriam chegar ao promover as desregulamentações dos mercados, as privatizações e a destruição do Estado, a população brasileira se encontra à deriva nesses

últimos anos, apenas tentando sobreviver. É preciso promover a discussão sobre qual país queremos ter em vinte, trinta anos. Discutir em todos os ambientes: sindicatos, associações de todo o tipo, movimentos sociais, entidades de classe e representações de todos os interessados e/ou afetados que porventura não tiverem uma instituição oficial consolidada nos três níveis de governo.

Só assim podemos criar vínculos do presente com o futuro. Vínculos cuja materialização só ocorrem com planos detalhados e com claras metas a serem atingidas a cada ano. A forma que essas discussões devem assumir está em aberto, isto é, será fruto da própria experiência. Mas, a princípio, poderíamos pensar em assembleias ou conferências ascendentes, do nível mais baixo ou geral de representação em cada unidade da federação.

Esse tipo de abordagem, pouco usual nos processos decisórios de nossa curta democracia, apresenta duas vantagens desde logo. A primeira, é discutir como uma decisão local que promova o fechamento de uma atividade por agredir o meio ambiente, não sendo possível substituir o processo de produção por outro método não agressivo a ele, deve ser acompanhada necessariamente por uma política de emprego e renda dirigida àqueles que perderão o emprego. A segunda, é reconhecer que a necessidade de recursos adequados para, por exemplo, a educação e a saúde, não implica que essa carência será resolvida imediatamente, no mínimo porque envolve montantes substantivos e também porque as demandas são concorrentes entre si. A definição do objetivo a ser alcançado em cada área, então, é acompanhada por metas anuais consensuadas por todos. Só assim é possível pensarmos em, de fato, garantir uma saúde universal adequada para todos e a priorização da educação.

Evidentemente que esse procedimento implica outro nível de participação da população que não apenas aquele realizado através de seus representantes eleitos democraticamente para a Presidência da República, para o Senado Federal, para a Câmara dos Deputados, para as assembleias legislativas, para os governos estaduais e para as prefeituras e câmaras municipais. Construir outro modo de participação é tarefa urgente, de modo a garantir uma transição para uma democracia que de fato considere a maioria do povo trabalhador.

Os temas aqui tratados não esgotam, é claro, o conjunto daqueles que devem receber especial atenção a partir de 1º de janeiro de 2023, principalmente no que diz respeito ao compromisso com a democracia e com as necessidades da maioria da população brasileira.

Aqui, foram somente destacados os temas absolutamente fundamentais para que se garanta as condições mínimas da construção de um país para sua gente. “O Brasil é o país do futuro”, expressão tantas vezes ouvida, tem que dar lugar a “O Brasil é para sua gente”, sob pena de a destruição do Estado e a deterioração do tecido social tornarem-se irreversíveis.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Não há dúvida que a posição subalterna e dependente do Brasil com relação aos movimentos e interesses do grande capital internacional, bem como seu convívio com todas as formas de desigualdade em níveis elevados, trazem a marca de sua formação econômica e social e, por isso, podem ser entendidos como produto de seu passado. Mas, ao mesmo tempo, o aprofundamento dessa realidade é, em grande parte, resultado das opções feitas pela maioria de seus governantes, que não se propôs a enfrentar os fatores estruturais que atuam na manutenção dessa situação.

No período mais recente abordado neste artigo, os governantes, ao abraçarem as ideias neoliberais, abandonaram qualquer perspectiva de colocar o país, enquanto economia capitalista, numa posição mais favorável na divisão internacional do trabalho. Ao contrário, acentuaram sua dependência ao desindustrializar o país e ao torná-lo cada vez mais especializado na exportação de *commodities*. Do lado social, defendem a meritocracia como critério de acesso à proteção social, o que implica solapar as políticas desenvolvidas a partir da Constituição de 1988, especialmente a relacionada à saúde, dado que o Sistema Único de Saúde foi criado sob o princípio da universalidade e suas ações e serviços teriam que ser garantidos pelo Estado. Nessa esfera, o máximo assumido é o desenvolvimento de ações assistenciais, por tempo determinado e de baixo valor.

Os governos mais progressistas do último período de nossa história, que muito contribuíram para a diminuição de diversos tipos de desigualdades presentes em nossa sociedade, não conseguiram fazer dessa diminuição algo permanente, visto que as políticas por eles implantadas foram rapidamente desmontadas

nos governos seguintes. Afora o fato de não terem promovido alterações nas estruturas tributária e fundiária, que poderiam constituir importante instrumento de luta contra a desigualdade de renda.

Como mencionado ao longo do artigo, ao lado da tragédia em que vivem milhões de brasileiros, posto que estão assolados por fome, insegurança alimentar e desemprego, vemos acontecer a deterioração crescente das condições mínimas para que os serviços e ações de responsabilidade do Estado se mantenham e a continuidade da desindustrialização da economia. É preciso reverter essa situação. Mas reverter sob novas bases, criando formas de participação direta da sociedade na decisão das políticas de governo e que essas últimas sejam balizadas por políticas de Estado.

## REFERÊNCIAS

ASSUNÇÃO, Matheus e DEPIERI, Marcelo. **O agronegócio como elemento potencializador das desigualdades no campo no Brasil**. Observatório da Questão Agrária e Observatório Forças da Desigualdade. Tricontinental: 2022. Disponível em: <https://thetricontinental.org/pt-pt/brasil/o-agronegocio-como-elemento-potencializador-das-desigualdades-no-campo-no-brasil/> Acesso: 27/09/2022.

CHANCEL, Lucas et. al. World Inequality Report. World Inequality Lab. 2022. Disponível em: <https://wir2022.wid.world/> Acesso: 27/09/2022.

DEPIERI, Marcelo A. L. et al. **Crise e precarização: o papel de negros e mulheres no mercado de trabalho brasileiro**. Observatório Forças da Desigualdade. Tricontinental: 2022. Disponível em: <https://thetricontinental.org/pt-pt/brasil/crise-e-precarizacao-o-papel-dos-negros-e-das-mulheres-no-mercado-de-trabalho-brasileiro/> Acesso: 27/09/2022.

DIEESE. Fala do diretor técnico do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese), Clemente Ganz Lúcio, no Lançamento da 14ª Jornada Nacional de Debates - Reforma Trabalhista, em 27/07/2017. Disponível em <https://www.ncst.org.br/siscon/print.php?id=19876>. Acesso: 30/09/2022.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Editora Nacional, 1984.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência. In TRASPADINI, Roberta e STÉDILE, João Pedro (orgs.) **Ruy Mauro Marini – vida e obra**. São Paulo: Expressão popular, 2005.

MARQUES, Rosa Maria e FERREIRA, Mariana Ribeiro Jansen. O financiamento do SUS no enfrentamento da pandemia de Covid-19. *XXVII Encontro Nacional de Economia Política – Uberlândia*, 2022. Disponível em: [https://enep.sep.org.br/uploads/1639\\_1645196318\\_O\\_financiamento\\_do\\_SUS\\_no\\_enfrentamento\\_da\\_pandemia\\_de\\_Covid-19\\_18fev2022\\_com\\_autoria\\_pdf\\_ide.pdf](https://enep.sep.org.br/uploads/1639_1645196318_O_financiamento_do_SUS_no_enfrentamento_da_pandemia_de_Covid-19_18fev2022_com_autoria_pdf_ide.pdf) Acesso: 01/10/2022.

MARQUES, Rosa Maria e NAKATANI, Paulo. El capital ficticio y los capitales extranjeros en Brasil. In *Desarrollo y crisis en el capitalismo*. Puebla, Puebla: BUAP, Facultad de Economía; México: UNAM, Instituto de Investigaciones Económicas, 2013.

NETTO, José Paulo. **Pequena história da ditadura brasileira (1964-1985)**. São Paulo: Cortez, 2014.

SOARES, Marcela. **Precariedade e mistificação da precarização: superexploração da força de trabalho**. *VÉRTICES*, Campos dos Goytacazes/RJ, v.22, n.Especial, p. 667-686, 2020.